

Ministério do Meio Ambiente  
Secretaria de Coordenação da Amazônia  
Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)  
Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
ccd. <u>0100009</u>

## **MANEJO DE RECURSOS AQUÁTICOS**

Síntese do resultado das discussões realizadas na Oficina de Intercâmbio de Projetos Apoiados pelo PDA nos estados do Pará, Amazonas, Amapá e São Paulo

**Santarém - PA**  
**08 a 12 de dezembro de 1998**

# A P R E S E N T A Ç Ã O

Os resultados alcançados pelos subprojetos financiados com recursos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) por meio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), foram amplamente debatidos nas Oficinas de Intercâmbio realizadas no segundo semestre de 1998, na Amazônia (Rio Branco-AC e Belém-PA) e na Mata Atlântica (Porto Seguro-BA).

Das discussões resultou uma primeira avaliação sobre os acertos e dificuldades detectados no processo de implementação dos subprojetos e as lições extraídas das experiências.

Realizaram-se quatro oficinas, sendo três na Amazônia e uma na Mata Atlântica. No primeiro caso, duas oficinas abordaram a área temática de Sistemas Agroflorestais e de Recuperação Ambiental (SAFs), reunindo 57 subprojetos; a outra reuniu oito subprojetos e abordou a área de Manejo de Recursos Aquáticos. No caso da Mata Atlântica, a oficina reuniu os 18 subprojetos financiados, incluindo todas as áreas temáticas.

As oficinas tiveram como objetivos “extrair lições e disseminá-las; identificar demandas de complementaridade com outros programas do PPG7 e com políticas públicas nas áreas de fomento, pesquisa, assistência técnica e capacitação.”

Os participantes avaliaram seus projetos, fizeram discussões em grupo, receberam informações visuais dos projetos de outras organizações, visitaram e analisaram experiências em andamento.

Os de Rio Branco visitaram o projeto Reça, em Nova Califórnia (Rondônia); os de Belém visitaram a Cooperativa Mista do Alto Guamá-Comag (Ourém) e a comunidade de Camurituba (Abaetetuba), ambas no Pará.

Já os de Porto Seguro (Bahia) estiveram no projeto Sistemas Sustentáveis de Produção Agrícola e Preservação Ambiental em Áreas de reforma Agrária desenvolvido no assentamento Riacho das ostras, em Prado (BA), pelo Terra Viva.

Cerca de 120 pessoas participaram das oficinas realizadas na Amazônia, incluindo técnicos do PDA, executores locais, representantes de outros programas governamentais, Ongs e Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetagris). Já na Mata Atlântica, compareceram 36 pessoas, representando executores locais, Ongs, Banco Mundial, GTZ, técnicos do PDA e Comunidade Européia. O resultado das discussões forneceu um diagnóstico preliminar que servirá para orientar avaliações localizadas e pormenorizadas visando dar conta das especificidades de cada situação.

Nesse sentido, este relatório constitui um ponto de partida para conversações que possam definir possíveis parcerias para o aprofundamento de estudos, definição e conjugação de mecanismos visando a solução de problemas e o aperfeiçoamento de procedimentos. Principalmente, no

estabelecimento de ações conjuntas para ampliar as possibilidades de sustentabilidade dos subprojetos, objetivando maior repercussão de seus acertos em suas regiões.

Com isso, o Subprograma PDA espera subsidiar as discussões entre subprojetos e instituições públicas e entre a própria Secretaria Técnica (ST) e os governos local, estadual e federal na busca de soluções compartilhadas das iniciativas de utilização sustentável dos recursos naturais, por comunidades locais.

De forma que o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e o PPG7 esperam estar contribuindo para a integração de políticas públicas que contemplem o desenvolvimento econômico, associado a políticas de conservação ambiental, gerando conhecimentos que elevem a capacidade das comunidades locais no aproveitamento de seus recursos.

**Secretaria Técnica do PDA**



## **SISTEMAS DE MANEJO DE RECURSOS AQUÁTICOS**

**INLUEM-SE NESTA TEMÁTICA OS  
SUBPROJETOS QUE VISAM  
DESENVOLVER SISTEMAS INOVADORES  
DE CRIAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS  
AQUÁTICOS (PEIXES, QUELÔNIOS,  
CRUSTÁCEOS ETC), A RECUPERAÇÃO E  
POVOAMENTO DE LAGOS E OUTROS  
CORPOS D'AGUA DAS ÁREAS DE  
FLORESTAS E PROTEÇÃO DE ÁRES DE  
REPRODUÇÃO POR MEIO DE ACORDOS  
COMUNITÁRIOS DE PESCA.**

# I N T R O D U Ç Ã O

A oficina que tratou da temática Manejo de Recursos Aquáticos reuniu cerca de 40 pessoas, que divididas em dois grupos de trabalho, discutiram e trocaram experiências sobre aspectos técnicos do manejo e aspectos relacionados com a comercialização e o beneficiamento do pescado.

Estiveram representadas a Colônia dos Pescadores Z-20 (Santarém/PA), Federação dos Pescadores do Amapá (Fepap), Associação dos Pescadores Artesanais de Urubuquara (Alpau) e Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel.

A seguir, apresentamos uma síntese do resultado das discussões, que num primeiro momento refletem os *acertos* apontados pelos participantes no processo de execução dos subprojetos em relação ao Manejo Comunitário de Lagos e ao Beneficiamento e à Comercialização do Pescado.. Neste sentido, foram ressaltadas como positivas a participação da comunidade na execução dos subprojetos; as parcerias formalizadas com instituições e os investimentos em capacitação técnica. Considerando-se este último como fundamental para a qualificação profissional das mulheres e para o aumento da renda familiar

Um outro fator igualmente importante refere-se à capacidade demonstrada pela comunidade no trabalho de Conservação Ambiental, que melhorou bastante, principalmente devido ao cumprimento dos acordos de pesca, contribuindo para aumentar a quantidade de peixes nos lagos e reduzir as invasões provocadas pela pesca predatória.

No item referente ao processo de Beneficiamento e Comercialização do pescado, os ganhos provenientes das estratégias de mercado adotadas para a comercialização e para transportar, armazenar e conservar o produto, também constam entre os acertos contabilizados nos subprojetos.

Na sequência vêm os itens sobre as *dificuldades* enfrentadas nos subprojetos, relacionadas particularmente com os aspectos técnicos do manejo de lagos. Incluem-se, neste caso, problemas com assistência técnica, as limitações dos órgãos públicos para firmar parcerias. Em outros casos, a total ausência de fiscalização, favorece invasões de geleiras em determinadas áreas.

Outros problemas decorrem, por exemplo, da implementação de políticas públicas desfavoráveis, das dificuldades para o registro dos produtos beneficiados, da pouca capacidade do mercado local em absorver a produção regional.

Mas entre *dificuldades* e *acertos* a comunidade vai extraindo *lições* exemplares da combinação desses fatores. Por exemplo, as que se referem à contribuição dos acordos de pesca para o fortalecimento do manejo comunitário dos lagos; outras afirmam que o manejo para ser bem sucedido deve ser acompanhado de trabalho de conscientização ambiental; que a assistência técnica e a capacitação profissional são indispensáveis no processo, como são igualmente necessárias a organização e a participação da comunidade para o fortalecimento do compromisso local.

Outros aspectos apontados se referem à influência exercida por algumas iniciativas bem

sucedidas sobre políticas públicas; mostram também que é preciso competência no planejamento e gerenciamento das tarefas comunitárias; que a relação com o mercado exige o aprendizado de novas modalidades; que a metodologia e as parcerias, quando bem estruturadas, ajudam a fortalecer os planos de manejo.

Da discussão dessas questões emergiram propostas que objetivam aumentar a efetividade do manejo de recursos aquáticos por meio dos planos executados. São propostas associadas aos seguintes aspectos: financiamento, assistência técnica e capacitação, políticas públicas, pesquisa e difusão de tecnologias.

Por fim, o documento apresenta algumas sugestões para o aprimoramento do Subprograma PDA em diferentes direções. Dentre essas sugestões, constam: realização de oficinas de capacitação em elaboração de projetos; promoção de visitas técnicas às organizações antes da aprovação das propostas e articulação de termos aditivos entre o PDA e órgãos oficiais.



# ACERTOS

## MANEJO COMUNITÁRIO DE LAGOS

O Manejo adotado pela maioria dos subprojetos consiste basicamente em:

- ⇒ Respeito aos defesos dos peixes
- ⇒ Respeito aos lagos preservados e lagos de procriação
- ⇒ Criação de Acordo de Pesca da região feito pelas comunidades
- ⇒ Criação ou legalização do Acordo de Pesca para os lagos
- ⇒ Uso controlado das espécies
- ⇒ Reflorestamento de beiras dos igarapés, lagos e rios
- ⇒ Não matar peixes pequenos (caso da Associação dos Produtores Agroextrativistas e Pescadores Artensanais da Resex Itaipava, de Tucuruí (PA))
- ⇒ Respeito à época da piracema

## ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL

- ⇒ A organização da comunidade é enfatizada como um pressuposto para o manejo comunitário dar certo. Essa organização hoje, na Amazônia, é feita por meio de colônias de pescadores, cooperativas, comunidades locais e associações profissionais. Na Mata Atlântica, o PDA apoia uma cooperativa de criadores de ostras, no litoral de São Paulo.
- ⇒ O envolvimento entre os executores desde o início do subprojeto, da concepção à avaliação do desempenho das atividades, tem sido muito valorizado. Na estruturação do subprojeto é valorizado o conceito de ciclo metodológico, que prevê um acompanhamento sistemático (início, meio, fim e interfaces) da experiência.

## USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS

- ⇒ As pessoas estão conscientes de que devem usar seus recursos de forma sustentável
- ⇒ Há um forte reconhecimento de que as técnicas tradicionais eram sustentáveis. Por isso continua sendo muito valorizada a conscientização dos comunitários mais novos sobre a importância do uso das referidas técnicas
- ⇒ Consideram indispensável que se continue o trabalho de educação ambiental para a proteção dos mananciais como o que vem sendo feito em parceria com o Projeto IARA, envolvendo dez comunidades em Oriximiná (PA).



## **COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS**

- ⇒ O subprojeto ganha confiança quando cumpre os acordos feitos. Nesse sentido, são valorizadas as parcerias com outros órgãos como Ibama (Subprojeto de Recuperação do Lago Romão e Sapucaá, em Oriximiná-PA), com a Eletronorte e Prefeituras (Apoio à Produção e Comercialização da Pesca Artesanal das Ilhas do Lago da UHE de Tucuruí-PA). A confiança deve ser mútua, com os órgãos públicos também cumprindo sua parte nos acordos. É destacado o apoio das Colônias de Pescadores Z-20 e de outras organizações locais para o sucesso dos subprojetos.

### **PARCERIAS VALORIZADAS PELOS PARTICIPANTES**

- ⇒ Pesquisas e monitoramento biológico do tambaqui feitos em Mamirauá (AM)  
 ⇒ Assistência técnica de agrônomos da Mineração Rio do Norte na produção de mudas para o reflorestamento dos lagos, em Oriximiná (PA)  
 ⇒ Estudo técnico sobre o crescimento das ostras, feito pelo Instituto de Pesca, da USP (Universidade de São Paulo) no bairro de Mandira, em Cananéia (SP)  
 ⇒ Assistência técnica na elaboração dos acordos de pesca, pelo projeto IARA, Ibama local e Universidade Federal Fluminense, caso da recuperação do Lago Romão e Sapucaá  
 ⇒ Foi bastante elogiada também a atuação do Ministério Público em acordos de convivência sobre criação de animais soltos nas várzeas (búfalos, porcos). Embora seja um trabalho pontual, todos que vivem nessas áreas afirmam que deve ser expandido

### **FISCALIZAÇÃO: COMUNIDADE E IBAMA ATUAM JUNTOS**

- ⇒ Os agentes ambientais e pessoas eleitas pelas comunidades e reconhecidas pelo Ibama, fazem a fiscalização e vigilância rotineiras nos subprojetos Mamirauá e nos lagos do Maicá, em Santarém (PA). A atuação dos agentes ambientais é monitorada por comunitários e por técnicos do Ibama (Projeto IARA), em Santarém e Oriximiná (PA). O Ibama treina os comunitários e está buscando meios de formalizar juridicamente os Agentes Ambientais Colaboradores.  
 ⇒ Em todas esses projetos, a iniciativa de manejo e fiscalização vem ocorrendo desde meados dos anos oitenta, por parte das próprias comunidades, quando a pesca industrial começou a ameaçar a reprodução das espécies. É o caso da comunidade do Tiningú, na região do Maicá, visitada pelos participantes da Oficina. Região pressionada pela pesca, há mais de quinze anos, controla a pesca nos lagos. Nas várzeas do rio Amazonas são muito freqüentes os “acordos de pesca”, pactos entre comunidades, poder público e a pesca industrial que protege as áreas de desova.  
 ⇒ A conscientização dos pescadores e comunitários é fundamental. A organização geralmente garante que ninguém contrarie o acordo.



⇒ A realização de cursos de capacitação em manejo e beneficiamento do pescado, no interior dos barcos, é vista como método proveitoso pelo subprojeto desenvolvido pela Federação dos Pescadores Artesanais do Amapá (Fepap). Praticamente não ocorre mais perda de peixe na embarcação em consequência do curso. A Fepap investe na capacitação das Mulheres e filhos de pescadores para trabalhar no beneficiamento e no entreposto comercial, ampliando a renda das famílias.

### **MELHORIA NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

⇒ O aumento dos peixes nos lagos e a redução das invasões pela pesca predatória são indicados pelos participantes como principais sinais de que esse trabalho vem dando certo. Tal resultado é atribuído aos acordos de pesca e enfatizado pelo Projeto para Fiscalização de Áreas do Setor Jarauá-Mamirauá (AM), com o qual todos concordam a partir de suas experiências locais.

### **BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO**

#### **TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO**

⇒ As soluções técnicas como aquisição de um barco flutuante para armazenamento e um barco para transporte do pescado são consideradas importantes para conservar o produto para comercialização, no caso do setor Jarauá, de Mamirauá. Para a Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz (PA), baixar o custo do gelo para o pescador, foi uma solução fundamental para diminuir os custos totais de produção.

#### **CONTATOS COM O MERCADO**

- ⇒ A Federação dos Pescadores do Amapá (Fepap) considera que acertou na estratégia de mercado de venda às associações da cidade de Macapá e pequenos consumidores. Eles chamam aos seus vendedores "Operadores de Mercado", os quais comercializam a produção do Entreposto e dos pescadores.
- ⇒ A ExpoAmazônia/98 é apontada como uma iniciativa positiva para divulgar os produtos da Amazônia nos mercados do Centro-Sul.

#### **VENDA DIRETA**

⇒ No Marajó, algumas associações de pescadores artesanais, estão considerando positiva a experiência do desembarque do pescado para Associação dos Pescadores (APC), em Belém, a preço mais barato do que repassariam aos atravessadores para o consumidor. Um grupo de associações é responsável pela pesca e outro pela comercialização. Com essa prática, os custos são reduzidos e o lucro aumentado. Ainda nessa região, os pescadores artesanais avaliam positivamente a venda direta ao consumidor na Feira do Tablado, próximo ao Ver-o-Peso, em Belém.



## **AUMENTO DA RENDA**

- ⇒ A Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz apresenta como resultado da execução do projeto da Aspar, apoiado pelo PDA, o aumento, em média, de 30% da renda familiar dos pescadores.

## **DIFICULDADES**

### **ASPECTOS TÉCNICOS DO MANEJO**

#### **ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- ⇒ Os subprojetos consideram que a carência de multiplicadores para disseminar as experiências-piloto é uma limitação à sua continuidade, principalmente nos aspectos de beneficiamento e comercialização. A maioria das áreas de manejo não dispõe de assessoria técnica. Há pouca gente capacitada para prestar assessoramento de campo na execução dos projetos.

#### **DEFICIÊNCIAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS**

- ⇒ Os órgãos públicos apresentam limitação de pessoal e de orçamento para fazer parcerias. Algumas autoridades locais, segundo os participantes, incentivam invasões por companhias pesqueiras e geleiras nos lagos manejados pelas comunidades. A falta de apoio dos governos municipais é uma característica da maioria das áreas onde o PDA apoia projetos. No caso do setor Jarauá, no Amazonas, os políticos na região influenciam contra o projeto, conforme depõem seus executores.
- ⇒ Em relação ao crédito, as opções de financiamento à produção são inadequadas ao perfil da clientela. Os pescadores artesanais não se enquadram nas exigências burocráticas das linhas oferecidas pelo mercado. No caso do FNO, eles ficaram fora do Prorural, devido ao desvio de recursos do Banco da Amazônia por estaleiros e associações de pesca industrial. O setor não tem recebido investimentos, ficando suas atividades reduzidas à pesca de subsistência com pouco excedente para comercialização. A maioria vende, ainda, para os intermediários.
- ⇒ A falta de legalização das terras dificulta algumas atividades dos comunitários dentro dos critérios legais fiscalizados pelos Agentes Ambientais. A pouca estrutura do Ibama não tem permitido maior abrangência do acompanhamento do projeto dos Agentes Ambientais, no caso do Baixo-Amazonas.
- ⇒ Da mesma forma, a falta de adaptação do setor jurídico do Ibama-Regional à gestão participativa da pesca, tem tornado muito lento esse processo. A aplicação dos Acordos de Pesca, quando não regulamentados junto aos usuários do recurso, tem causado conflitos.



## FISCALIZAÇÃO

- ⇒ As pessoas que não moram no lago em processo de manejo e usam-no como garimpo de peixes constituem o primeiro problema identificado pelos comunitários. As invasões pelas geleiras são freqüentes na área da Associação dos Moradores de Vila Alencar – no setor Mamirauá. A fiscalização por parte do governo é esporádica. Muitas vezes faltam recursos para o combustível dos veículos utilizados para a fiscalização.
- ⇒ Em todas os subprojetos é muito sério o problema dos transportes para fazer o trabalho de vigilância nos lagos. Os custos com combustível são altos para a comunidade arcar sozinha. E aumentam conforme se eleva a pressão sobre os recursos. Como os comunitários tiram do seu tempo de trabalho para vigiar os lagos comunitários, reclamam da falta de remuneração para os Agentes Ambientais. Na maioria das áreas, há total ausência de fiscalização por parte das autoridades locais (Ibama, Polícia Florestal). Desta forma, é impossível evitar a invasão de pessoas estranhas nas áreas.
- ⇒ Tem sido difícil a fiscalização para controlar a captura do pescado nos projetos que não contam com uma inserção do Ibama no manejo comunitário. É o caso da Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz, que não conta com o apoio do Ibama.
- ⇒ Nos projetos que não contam com uma inserção do Ibama no manejo comunitário, tem sido difícil a fiscalização para controlar a captura do pescado. É o caso da Associação de sem o apoio do Ibama.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DESFAVORÁVEIS

- ⇒ No estado do Amazonas, o “Terceiro Ciclo” (programa do Governo voltado para a industrialização e agricultura extensiva) fez com que muitos produtores rurais se tornassem pescadores, aumentando a pressão sobre os recursos pesqueiros

## REGISTRO DOS PRODUTOS BENEFICIADOS

- ⇒ Os executores dos subprojetos em fase de beneficiamento de produtos (Fepap e Porto de Moz) afirmam que têm dificuldades para adquirir o registro de comercialização emitido pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Só é possível adquiri-lo se a planta do estabelecimento de industrialização do pescado contemplar as seguintes exigências: atestado da qualidade da água e capacidade de fornecimento; esgoto; revestimento (paredes e piso); terreno legalizado; pé-direito de cinco metros. A maioria das organizações encontra-se em estágio de estruturação que não atende a esses requisitos.
- ⇒ No caso do projeto da Fepapa, a área do entorno da unidade de beneficiamento foi invadida por moradores e isso tem dificultado a obtenção do registro.

## MERCADO



- ⇒ Os participantes consideram desfavorável o mercado consumidor local no período de safra. A combinação de uma grande oferta nesse período com o reduzido poder aquisitivo dos consumidores joga os preços para baixo.
- ⇒ Consideram que o mercado local não é suficiente para absorver a produção regional. Esse é o caso das comunidades de Mamirauá, que ficam distantes dos mercados consumidores mais populosos.
- ⇒ Em geral, os pescadores artesanais se ressentem da ausência de uma política para o preço do pescado.
- ⇒ A falta de transporte próprio das associações para transportar o pescado para os locais de comercialização é indicado como fator de encarecimento do produto.

### **AUSÊNCIA DE CAPITAL-DE-GIRO**

- ⇒ A Federação dos Pescadores do Amapá (Fepap) está em processo de comercialização do produto e reclama a falta de crédito para capital-de-giro que possibilite a continuação do projeto. As linhas de crédito do mercado, principalmente o FNO, exige uma carga burocrática incompatível com as pequenas organizações econômicas dos pescadores. Os juros praticados são considerados altos para as associações.

### **INSUFICIÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PESQUISA**

- ⇒ Os participantes da Oficina atestam que precisam de apoio técnico que oriente os pescadores na comercialização, sob pena de fracassarem. Não existe uma assistência técnica com este fim, no caso da Fepap (AP).
- ⇒ A Aspar (Porto de Moz) avalia que faltou melhor assessoramento no local e melhor orientação na elaboração do projeto de beneficiamento. A ausência de acompanhamento técnico é verificado também nas áreas de manuseio, manejo e congelamento do pescado.
- ⇒ Os participantes registram a falta de conhecimentos e de pesquisas aplicadas na área de manejo de recursos aquáticos. Faltam pesquisas sobre capacidade de suporte dos lagos para subsidiar ações visando o aumento da produtividade do pescado e a garantia da sustentabilidade dos acordos de pesca.

### **UNIDADES DE BENEFICIAMENTO POUCO EFICIENTES**

- ⇒ A maioria dos executores de subprojetos afirma carecer de infra-estrutura melhorada para armazenamento dos produtos. Faltam câmara frigorífica, fábrica de gelo, caixa geleira para armazenar o pescado grande (as caixas pequenas obrigam a cortar a manta, e perde preço).
- ⇒ Sem meios para armazenar o pescado, há dificuldade de manter o abastecimento na época da entressafra.



## PROBLEMAS DE ORDEM AMBIENTAL

- ⇒ O assoreamento dos lagos pelo rio Amazonas é um processo acelerado. Esse problema é identificado pelo projeto de Recuperação do Lago Romão e Sapucuá, mas verificável em grandes extensões, inclusive nas comunidades do Maicá, em Santarém, onde se situa a comunidade de Tiningú, visitada pelos participantes.
- ⇒ A estiagem prolongada atrasa os plantios dos sistemas agroflorestais e o reflorestamento das margens dos lagos. A seca ocasiona também a falta de sementes para o reflorestamento de lagos.

## L I Ç Õ E S

A principal missão do PDA é “estimular projetos sustentáveis de gerenciamento e conservação dos recursos naturais por comunidades; extrair e disseminar as lições de modo que os acertos possam contribuir para as políticas públicas nas diversas esferas de governo.” (PDA/MMA: 1998).

O sentido de lição trabalhado pelo PDA é estimulado na execução dos subprojetos, dá-se na acepção mais ampla da palavra: *ensinamento, conselho e exemplo que servem de orientação à conduta, ao procedimento. Experiência que serve de exemplo ou de aviso...* (Ferreira, A. B. H.). Em muitos casos, as lições que são novidades para as comunidades de uma região, podem ser uma prática comum entre outras. Os intercâmbios promovidos entre os subprojetos apoiados pelo PDA funcionam, então, como instrumentos de difusão e de geração de novos conhecimentos.

A geração de lições é compreendida como um processo dinâmico, situado historicamente e construído numa parceria que envolve os doadores, os gestores dos fundos de doação, o governo brasileiro, o agente financeiro (Banco do Brasil) e as organizações e comunidades locais que executam os projetos.

O uso planejado dos recursos com uma mentalidade de conservação e preservação não é uma novidade introduzida apenas pelo estímulo do apoio do PDA. Faz parte das estratégias de muitas comunidades tradicionais na sua relação com a natureza. Desta forma, tanto idéias inovadoras de uso dos recursos como a validação do conhecimento existente são considerados importantes para construir um novo referencial de desenvolvimento, no qual se combinem a satisfação das necessidades humanas com a manutenção das condições de reprodução dos demais recursos da natureza.

Na área temática de Manejo de Recursos Aquáticos, a experiência histórica das comunidades amazônicas é notória e muitas das lições remontam práticas até mesmo seculares de uso desses recursos pelos ribeirinhos. O Provárzea/PPG7 foi montado tomando como referência a experiência das



comunidades dos lagos do Maicá, em Santarém (PA), onde o manejo comunitário dos estoques foi intensificado há mais de vinte anos.

Considera-se também no PDA, que a natureza e as dinâmicas sociais têm seus próprios tempos, embora sejam suscetíveis à intervenções planejadas, como os projetos com os quais se estabelecem objetivos de curto e longo prazos, com algum nível de controle dos seus resultados.

Por esse motivo, não se espera que em três anos, tempo de duração do apoio do PDA, os subprojetos apresentem lições definitivas. No processo de amadurecimento das experiências, pode-se refletir sobre o aprendizado construído nos processos. Assim como pode-se reunir mecanismos de fortalecimento dos projetos naquilo que demonstram ser eficientes e promissores. Ao mesmo tempo, essa reflexão permite a socialização do conhecimento e possibilita a disseminação e apropriação desse conhecimento por outras comunidades, instituições e na própria sociedade.

As questões identificadas nas oficinas de Intercâmbio de experiências apoiadas pelo PDA têm esse caráter e esses objetivos. As lições, abaixo, foram extraídas dos projetos apoiados pelo PDA e das experiências de outras comunidades que atuam nessa área temática.

### **ACORDOS DE PESCA FORTALECEM O MANEJO COMUNITÁRIO DOS LAGOS**

- ⇒ Os acordos de pesca protegem os recursos naturais e garantem melhoria da qualidade de vida da comunidade, assegurando a regularidade do alimento e a manutenção da capacidade de reprodução das espécies para a comercialização em pequena escala
- ⇒ A gestão de parcerias entre as comunidades locais e órgãos públicos no funcionamento dos Acordos de Pesca dá maior garantia de funcionamento dos acordos
- ⇒ Os Acordos de Pesca fortalecem a organização dos pescadores, no reflorestamento dos lagos, contribuindo também para aumentar o estoque de peixes

### **CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL**

- ⇒ Para o sucesso do trabalho, é fundamental a utilização consciente dos recursos oferecidos pelo ambiente, visando meios de sobrevivência das comunidades com o manejo sustentável dos recursos
- ⇒ O sucesso dessas atividades ensina a convivência com a natureza, sem prejudicar o meio ambiente e repassam experiências tradicionais de como manejar o recurso pesqueiro nos lagos
- ⇒ A prática da agrofloresta conscientiza para que não haja desmatamento
- ⇒ Já existe bastante conscientização sobre a proteção ambiental nas comunidades locais
- ⇒ O compromisso dos comunitários com a conservação dos recursos deve ser

*fortalecido para poder continuar a usar os recursos da natureza.* 13



## **CAPACITAÇÃO LOCAL E ACESSORIA TÉCNICA**

- ⇒ As entidades e instituições de pesquisa e assessoria devem atuar em sintonia com as demandas locais
- ⇒ Os cursos aplicados devem ser feitos pelos pescadores ou pessoas que eles conhecem, traduzindo os termos técnicos
- ⇒ A elaboração das propostas, especialmente as que incluem beneficiamento, deve ter boa assessoria técnica
- ⇒ A capacitação profissional buscando-se o aperfeiçoamento deve ser um ingrediente ativo do projeto
- ⇒ A assistência técnica integrada é indispensável para garantir a sobrevivência econômica dos projetos de beneficiamento
- ⇒ Participação de entidades de apoio no assessoramento técnico dos Acordos
- ⇒ Os pescadores podem lidar com a burocracia no projeto

## **ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA**

- ⇒ O envolvimento comunitário na área de execução do projeto é muito importante para o sucesso do Manejo. O esforço conjunto pela eficácia e efetividade do Projeto; a sustentabilidade a médio e a longo prazos depende desse envolvimento
- ⇒ A experiência tem mostrado que deve-se envolver o maior número de comunitários, principalmente mulheres e jovens
- ⇒ Os projetos andam mais rapidamente quando se inserem na organização social já existente nas comunidades
- ⇒ As iniciativas das comunidades na criação de alternativas próprias e coletivas de comercialização são as mais favoráveis
- ⇒ Lidar com divergências de idéias e pensamentos, que são muitos diferentes de local para local e entender a realidade dos pescadores, é uma lição destacada pela FEPAP; desta forma, os pescadores se sentem amadurecendo as idéias e construindo uma base capaz
- ⇒ A participação dos comunitários nos trabalhos desde o início do projeto permite que a instituição faça um papel secundário, podendo investir tempo em outras atividades
- ⇒ O conhecimento da dinâmica das comunidades permite melhor desenvolvimento do trabalho entre a instituição e os comunitários; sem a participação das comunidades o trabalho das instituições é dificultado
- ⇒ A organização das comunidades deve ser mais potencializada para conseguir políticas públicas favoráveis ao pescador artesanal
- ⇒ A formação deve ser um componente da organização comunitária, presente em seus objetivos
- ⇒ As organização das pessoas em associações ajuda a fortalecer a comunidade e a alcançar seus objetivos
- ⇒ A criatividade das iniciativas locais e sua efetividade devem ser consideradas pelos executores dos projetos

## **INICIATIVAS BEM SUCEDIDAS INFLUENCIAM POLÍTICAS PÚBLICAS**



- ⇒ A realidade mostrada em projetos pilotos pode orientar planos estratégicos. As experiências práticas nos ajudam a tomar diretrizes futuras.
- ⇒ A parceria com órgãos públicos pode levar a políticas públicas mais sustentáveis
- ⇒ Existem muitas e boas iniciativas que devem ser consolidadas ao se discutir políticas pesqueiras na região

### **PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO**

- ⇒ O planejamento das atividades permite aos comunitários e instituições honrem os compromissos assumidos
- ⇒ Para conseguir implementar as demandas das comunidades é necessário ter persistência junto aos órgãos públicos
- ⇒ Os projetos devem interagir, desde o início, com as instituições promotoras, parceiras e programas afins, num esforço conjunto pela eficácia e efetividade das ações
- ⇒ As propostas de geração de renda devem incluir estudos de viabilidade do empreendimento
- ⇒ Dinheiro e equipamentos não são um fim em si, mas um meio para atingir objetivos
- ⇒ A troca de conhecimentos entre os participantes ajuda a despertar a criatividade
- ⇒ A elaboração dos projetos, sempre que possível, deve ser baseada no conhecimento das diferentes realidades do setor pesqueiro
- ⇒ Deve-se orientar o pescador sobre o problema de capturação do pirarucu quando outros peixes menores estão sendo pescados

### **RELAÇÃO COM O MERCADO EXIGE NOVAS HABILIDADES**

- ⇒ A venda do pescado depende de estratégias de mercado bem elaboradas; Cada tipo de peixe exige uma estratégia própria.
- ⇒ A implantação de entrepostos pesqueiros e seus esquemas de fornecimento e controle dos preços é algo complexo. A maioria dos pescadores não desenvolveu a habilidade de gerir essas estruturas

### **METODOLOGIA E EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO**

- ⇒ É importante organizar um plano de manejo em todos os aspectos: técnico, operacional, institucional e organizativo
- ⇒ As atividades devem ser planejadas e de consenso de todos
- ⇒ Os executores dos Planos de Manejo devem aprender como organizar as opiniões dos outros

### **PARCERIAS ENTRE COMUNIDADES E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS**

- ⇒ O trabalho em parceria, entre comunidades e órgãos públicos é um caminho para o fortalecimento dos Planos de Manejo
- ⇒ As parcerias com entidades que desenvolvem trabalho de conscientização em relação à preservação ajudam a fortalecer o trabalho das comunidades



⇒ É importante que as várias entidades governamentais (Ibama, prefeituras etc.) trabalhem como aliados das organizações na conservação ambiental

## **P R O P O S T A S**

- ⇒ As propostas foram discutidas nos grupos e depois apreciadas por todos.
- ⇒ Apresentam idéias para a continuidade do trabalho de Manejo dos Recursos Aquáticos, com base no aprendizado gerado nas práticas das comunidades e nas parcerias institucionais bem sucedidas. Todos os participantes mostraram-se muito interessados na implementação e manutenção de procedimentos que, de fato, assegurem a sustentabilidade dos lagos e rios - e, conseqüentemente, do pescado.
- ⇒ Política de compra/venda - buscar mercados para formas de classificação do pirarucu. Não se deve capturar a espécie com menos de 1,50m.

## **FINANCIAMENTO**

- ⇒ Que as linhas de crédito da região estabeleçam financiamento adequado ao perfil da clientela (populações tradicionais) quanto a garantias, juros e prazos
- ⇒ Adaptação das condições, normas e procedimentos dos mecanismos financeiros para projetos de pequeno porte. Inclusão de projetos de estruturas de beneficiamento e capital-de-giro
- ⇒ No caso da pesca artesanal, essas condições devem ser adaptadas de acordo com as características da pesca em nível micro-regional, pois essa modalidade apresenta diferenças nas espécies capturadas, nos tipos de embarcação, nas áreas de captura (lagos internos ou rios, baías e mares) , níveis de renda etc. Ou tentar um padrão adaptado à todos essas diferenciações.
- ⇒ Fazer chegar ao produtor rural crédito do PRONAF e outras linhas nacionais, por meio do Banco do Brasil, também adaptadas à realidade de cada região
- ⇒ Criação de uma linha de apoio direcionada à fiscalização ambiental (capacitação de monitores e infra-estrutura, equipamentos e transporte)
- ⇒ Que as linhas de crédito financiem viveiros de peixe

## **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES LOCAIS**

- ⇒ Realizar treinamento para técnicos conforme a demanda dos trabalhos de Manejo
- ⇒ Desenvolver programas de treinamento para agentes de saúde comunitários; considerando que essa questão é importante para a sustentabilidade social das comunidades
- ⇒ Realizar levantamentos nas áreas pretendidas para os projetos com o devido acompanhamento técnico
- ⇒ Desenvolver parcerias com as universidades numa relação de intercâmbio de conhecimentos para aperfeiçoamento do projeto



- ⇒ Que sejam priorizados investimentos em capacitação de multiplicadores nas comunidades, os pescadores artesanais e suas famílias
- ⇒ Acompanhamento contínuo com assistência técnica nos projetos de conservação envolvendo órgãos governamentais e ONGs
- ⇒ Adaptação de métodos de avaliação e monitoramento de projetos regionalizados.

### **PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO**

- ⇒ Realizar parcerias com o GTA e colônias de pescadores para a realização de treinamentos para capacitação gerencial e administrativa das organizações de base
- ⇒ Capacitação das comunidades com técnicos nas áreas de produção para saber quanto tem e quanto pode ser comercializado de seus estoques
- ⇒ Elevar o número de técnicos para elaboração e acompanhamento dos projetos das comunidades.
- ⇒ Incentivar projetos para fortalecer o GTA e outras organizações representativas na busca de saídas para a comercialização.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS**

- ⇒ Que os municípios apoiem a realização de pesquisas voltadas para a conservação dos estoques pesqueiros locais
- ⇒ Efetivar apoio financeiro, por meio de programas municipais de educação, para repassar o conhecimento gerado nas experiências de Manejo de Recursos Aquáticos nas escolas rurais
- ⇒ Envolvimento efetivo do poder público municipal na fiscalização ambiental – Guarda Municipal devidamente capacitada
- ⇒ Implementação de uma política pesqueira por parte do poder público municipal com a participação da sociedade
- ⇒ Incorporar idéias dos Acordos de Pesca nas políticas ambientais municipais e estaduais
- ⇒ Os subprojetos devem acionar o PDA para estabelecer parcerias com o governo local
- ⇒ Que os órgãos públicos apoiem as iniciativas comunitárias e organização de classe, como as colônias de pescadores, em suas atividades de conservação
- ⇒ Destinar topógrafos para alguns projetos.

### **ÂMBITOS ESTADUAL E NACIONAL**

- ⇒ Implementar ações que agilizem a legalização da terra por parte do Incra/Iterpa e campanha ampla de legalização das terras de várzea pelo SPU/DPU
- ⇒ Promover a visibilidade, em âmbito nacional, da criatividade e efetividade das iniciativas locais de produção sustentável e preservação ambiental, conquistando a opinião pública
- ⇒ Promover a interação entre programas da linha ambiental (PDA) com outros de geração de renda (Pronagem Amazônia) e de financiamentos (FNO), visando a complementariedade de recursos para as comunidades desenvolverem seus planos de manejo



- ⇒ Criar sistema de fiscalização, junto ao Ibama e prefeituras, que permita uma ação mais eficaz das comunidades
- ⇒ Formar um grupo de agentes ambientais nas regiões, integrados com os projetos existentes em cada localidade.
- ⇒ Que os governos estaduais assegurem melhores condições de trabalho para os técnicos atuam na extensão rural

### **PESQUISA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS**

- ⇒ Orientar os financiamentos para as pesquisas na área de Manejo de Recursos Aquáticos de acordo com a demanda local
- ⇒ Sistematizar, disponibilizar em linguagem acessível
- ⇒ às comunidades e divulgar os conhecimentos já adquiridos sobre Manejo de Recursos Aquáticos e instrumentos de intervenção (acordo de pesca, conselhos de pesca, agentes ambientais etc.)
- ⇒ Enfatizar a difusão/divulgação de pesquisas e tecnologias existentes para nortear as decisões das comunidades sobre o Manejo, Processamento e Comercialização
- ⇒ Pesquisar os Acordos de Pesca a respeito da contribuição efetiva desse mecanismo em termos de aumento de produtividade e segurança alimentar
- ⇒ Promover pesquisa sobre manejo de espécies aquáticas, com ênfase em espécies ameaçadas pela sobrepesca
- ⇒ Promover pesquisa sobre o mercado do peixe defumado
- ⇒ Pesquisar os mecanismos de monitoramento
- ⇒ Realizar oficina para apresentação de metodologias de trabalho com populações tradicionais ou populações pobres
- ⇒ Auxiliar os produtores com pesquisas para aumentar a produtividade dos lagos por meio do manejo
- ⇒ Orientar os pescadores sobre o problema de capturar pirarucu quando está se pescando outras peixes menores, evitando pressão desorganizada sobre a espécie

### **SUGESTÕES AO PDA**

- ⇒ Considerar e treinar as pessoas das entidades locais como ministradores de cursos, supervisionados pelo PDA
- ⇒ Realizar oficinas de capacitação em elaboração de projetos para as organizações e comunidades que não possuem entidades de apoio e assessoria
- ⇒ Priorizar os subprojetos PDA que estão dando certo, especialmente na proteção de lagos e florestas
- ⇒ Promover visitas técnicas às organizações antes de aprovar suas propostas procurando identificar necessidades de adequações

- ⇒ Realizar oficinas de capacitação em gestão de projetos e gerenciamento de negócios para os dirigentes dos subprojetos
- ⇒ Os subprojetos devem acionar mais os Gapeps (Grupos de Apoio a Execução de Projetos)
- ⇒ Articular Termos Aditivo entre o Basa e o PDA dentro do Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre o Basa e o MMA, visando o fortalecimento dos subprojetos
- ⇒ Que o PDA apoie as Colônias de Pescadores
- ⇒ Que o PDA apoie todos os tipos de organização local. Mesmo as comunidades que não possuem organização, podem apresentar projetos por meio de outras que sejam legalizadas
- ⇒ Que o PDA promova estágios para estudantes universitários no acompanhamento de projetos (biólogos, sociólogos, agrônomos, etc.)



RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DA OFICINA DE  
INERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS  
LIÇÕES DOS PROJETOS APOIADOS PELO PDA EM  
MANEJO DE RECURSOS AQUÁTICOS  
08 a 11/12/1998 - SANTARÉM (CENTRO CHICO  
ROQUE)

<b>NOME</b>	<b>ENTIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>ENDEREÇO</b>
Aberlardo de Matos Amaral	Z-20	Santarém	Av. Mendonça Furtado, 161 Cep: 68.005-100 - Santarém - Estado do Pará. <i>Telefone: (091) 522 1764</i>
Afonso Silva Carvalho	PROJETO MAMIRAUÁ	Tefé	Av. Brasil, 197, Bairro Juruá Cep: 69470-000 - Tefé - Amazonas Telefax: (092) 743 2736
Antônio de Oliveira	AMPRAVAT	Santarém	Comunidade Surucuá - Rio Tapajós, Margem Esquerda Cep: 68040-400 - Santarém - Pará Telefone: (091) 522 1845 - Fax: (091) 522 1845
Antônio de Sá Pinto	ANMTSM	Santarém	Av. Mendonça Furtado, 2060 Telefone: (091) 522 5833
Antônio José Mota Bentes	CEAPAC	Santarém	Trav. Agripina de Matos, 203, Sale Cep: 68040-410 - Santarém - Pará Telefax: (091) 522 4201 - 522 1410 <i>E mail: ceapac@tap.com.br</i>
Antonio M. da Silva	PROJETO MAMIRAUÁ	Tefé	Rua Brasília, s. n° Cep: 69470-000 - Tefé - Amazonas Fone: (092) 743 2166 - Fax: (092) 743 2736
Arinaldo Batista da Silva	PSA	Santarém	Trav. Dom Armando, 697 - 68.009-420 - Santarém - Pará Telefone (091) 523 1083 - Fax - (091) 522 5144
Cleidimar Ribeiro de Azevedo	PROJETO IARA- IBAMA	Santarém	Av. Tapajós, 2267- Cep. 68040-000 - Santarém - Pará Telefax: (091) 523 2815 <i>E mail: cleidmar@tapnet.com.br</i>



Cleilim Albert Dias de Sousa	UFPA	Santarém	Av. Presidente Vargas, s. n° Cep: 68040-000 – Santarém – Para Telephone:(091) 523 1087 – 523 1403
Conceição Campos	GDA	Santarém	Trav. Agripina de Matos, 203, Sale Cep. 68.040-410 – Santarém – Para Telephone: (091) 522 6852 - Fax: (091) 522 6852
Elaine de Amorim Carreira	Ministério Público Federal – 6ª Câmara	Brasília	Av. L2 Sul – Q. 604 – Lt 23 sala 102 Cep. 102000-901 – Brasília –DF Telephone: (061) 313 5230 - Fax: (061) 313 5364
Eliene Jaques Rodrigues	SUDAM	Belém	Av. Almirante Barroso, 426 – Marco Cep: 66.090-000 - Belém - Pará Telephone: (091) 210 5437 - Fax: (091) 228 3936
Everaldo Fernandes Pereira	Z-20	Santarém	Av. Mendonça Furtado, s. n° Cep: 68.005-100 - Santarém – Pará. Telephone: (091) 522 1764
Francisco de Sales	Associação de Moradores e Cooperativa	Cananéia – São Paulo	Sítio Mandirá, Cep. 11990-000 – Cananéia – Estado de São Paulo Telephone: (013) 851 1163 (Parque Estadual)
Harald Lossack	GTZ - PDA	Brasília	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 928 Cep. 70.100-900 – Brasília / DF Telephone: (061) 317 1441 - Fax: (061) 317 1124 Email: harald.cossack@mma.gov.br
Helielson Barbosa	FEPAP	Macapá	Av. FAB – Canto com São José – Bloco II –

da Silva	PDA - 259		Casa B Cep. 68.900 - 000 - Macapá - Amapá Telefax: (096) 223 9617
Joel Machado Rodrigues	ATRA	Tucuruí	Av. 7 de setembro, 125, Tucuruí - Para Telephone: (091) 787 1772 - Fax: (092) 787 1772
John Garrison	BANCO MUNDIAL	Brasília	SCN Q. 2 LOTE A Cep: 707712-910 - Brasília - DF Telephone: (061) 329 1029 - Fax: (061) 329 1010
Jose Luis Arias Bahia	BASA	Belém	Av. Presidente Vargas, 800 Cep: 66017 - 000 - Belém - Para Telefones: (091) 216 3251 - 216 3512 Fax: (091) 216 3400
Lourenco Silva (Manelis)	MOPEPA	Cachoeira Boarari	Vila de Aranai, s/ n° Cep: 68.840-000 - Cachoeira Boarari - Pará Telephone: (091) 981 0419 - Posto , ou, (091) 241 2919 - Fax: (091) 241 6269
Mara Vanessa Fonseca Dutra	Consultora Autônoma	Brasília	SHCES 1209 Bl. J ap. 403 - Cruzeiro Novo Cep. 70658-300 - Brasília - DF Telephone: (061) 501 0488 - Fax: (061) 501 0488 E mail: maravan@ solar.com.br
Maria Clara Couto Soares	FUNBIO	Rio de Janeiro	Praia do Botafogo, 184 (CIN) SL 101 Cep. 22253-900 - Rio de Janeiro - RJ Telephone: (021) 536 9492 - Fax: (021) 536



			9493
Mauro Luis Ruffino	Projeto IARA- CNPT/IBAMA	Santarém	Av. Tapajós, 2267 Cep: 68.040-000 – Santarém – Pará. Tel. (091) 522 3370 - Fax: (091) 523 2815 E mail: mlruffino@tap.com.br
Narciso Ferreira De Abreu	Conselho PRLM	Santarém	Av: Mendonça Furtado, 161 Cep: 68.005-100 – Santarém – Pará. Tel. (091) 522 1764 (Z-20) / 522 5538
Neila Soares	BANCO MUNDIAL	Brasília	SC. N. qd. 02 Lote A Cep: 70712-910 – Brasília – DF Telefone: (061) 329 1001 - Fax: (061) 329 1012 E mail: nsoares@worldbank.org
Nivaldo Antonio Martins dos Reis	CNPT-IBAMA	Santarém	Av. Tapajós, 2267 Cep. 8040-000 – Santarém – Pará Telephone: (091) 523 2847 - Fax: (091) 523 2815
Oriana Trindade de Almeida	PROJETO VÁRZEA	Santarém	Rua Rui Barbosa. 136 Cep. 68040-080 – Santarém – Para Telefone: (091) 522 5538 E mail: oriana@zaz.com.br
Orlando Paulino da Silva	COSAMA	Santarém	Trav. Floriano Peixoto, 343 - 680400-440 – Santarém – Para Telefax- (091) 523 1644
Paulo Dário Taketomi	Convidado	Santarém	Rua 24 de outubro, 1358 – Altos Cep 68.040-010 – Santarém – Pará Telefone: (091) 522 3172
Pedro Maciel	ASPAR	Porto de Moz	Rua Arthur Silva, 2763 Cep. 68.330 – 000 – Porto de Moz – Pará

			Telefax: (091) 793 1200
Raimunda Nonata Monteiro	PDA/PPG7	Brasília	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 928 Cep: 70.100-900 - Brasília - DF Telefones: (061) 317 1441 / 317 1306 Fax: (061) 317 1124 Email: raimunda.monteiro@mma.gov.br
Raimundo Rosi dos Passos Costa	ASCON	Oriximiná	Rua Barão do Rio Branco, 2645, B. Santa Terezinha Telephone: (091) 544 1943
Regicleida dos Santos Silva	CNPT IBAMA	Santarém	Av. Tapajós, 2267 - Cep. 68040-000 - Santarém - Para Telephone - (091) 523 2847 - Fax - (091) 523 2815
Regina Glória Pinheiro Cerdeira	PROJETO IARA - IBAMA	Santarém	Av. Tapajós, 2267, Aldeia - Cep. 68040-000 - Santarém - Pará Telephone: (091) 522 3370 - Fax: (091) 523 2815
Ricardo Verdum	PDA/PPG7	Brasília	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 928 Cep: 70.100-900 - Brasília - DF Telefones: (061) 317 1441 / 317 1306 Fax: (061) 317 1124 E mail: rverdum@mma.gov.br
Rinaldo César Mancin	PDA / MMA	Brasília	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 928 Cep: 70.100-900 - Brasília - DF Telefone: (061) 317 1441 - Fax: (061) 1124 E mail: rcmancin@mma.gov.br
Rosana Suely Santana da Silva	BASA	Santarém	Praça São Sebastião, s. n.º. Santarém - Pará. Telefone: (091) 522 2563 - Fax: (091) 523



			2898
Shirley da Conceição Costa	BASA	Belém	Trav. Presidente Vargas, 800 Cep. 66.017 - 000 - Belém - Pará Telefone: (091) 216 3443 - Fax: (091) 223 8299
Soniamar Zschornack	SUDAM	Belém	Av. Almirante Barroso, 426 66.090 - 000 - Belém - Pará Telefone: (091) 210 5504 - 5408 - Fax: (091) 2 10 5693 <i>E mail: <b>Erro! A origem da referência não foi encontrada.</b></i>
Wagner Alan dos Santos Moreira	UFPA	Santarém	Av. Presid. Vargas, s/nº - Cep. 68040-180 - Santarém - Pará Telefone - (091) 523 1011
Willian Rangel Vasconcelos	UFPA	Santarém	Av. Presidente Vargas, s. nº Cep: 68040-000 - Santarém - Para Telefone: (091) 523 1087

# RELATÓRIOS DAS OFICINAS DE INTERCÂMBIO

## Estrutura de Apresentação

### 1. Introdução

- que é o PDA
- Mapa de inserção do PDA
- Importância dos resultados dos subprojetos

### 2. O Contexto das oficinas de intercâmbio

- Apresentação
- Organização
- Objetivos
- Metodologia - como foi a discussão dos conteúdos
- Participantes - executores de projetos, consultores, convidados dos órgãos governamentais
- Áreas temáticas

### 3. Resultados dos debates

Dividir em quatro blocos, que seriam capítulos (podemos até utilizar um termo que seja familiar ao público do PDA, para designá-los)

bloco 1: acertos

bloco: 2 dificuldades

bloco 3: lições

bloco 4: propostas (dos executores dos projetos e posicionamento dos órgãos públicos concatenados com as propostas)

- ### 4. Portfólio de fotos de 10 projetos que representam o PDA na Amazônia e cinco da Mata Atlântica



## **Sugestões para publicação dos relatório das oficinas de intercâmbio**

- 1) Fazer uma só publicação para abordar as oficinas referentes às duas áreas temáticas
- 2) Esta publicação teria um título geral e um subtítulo remetendo para as duas áreas temáticas (Sistemas Agroflorestais e Manejo de Recursos Aquáticos)
- 3) Dividi-la em duas partes, cada uma correspondendo a uma área temática:

### **1) Sistemas Agroflorestais**

Texto de apresentação (podemos dizer em poucas palavras o que são os sistemas agroflorestais. Embora seja uma publicação dirigida a um público específico pode, eventualmente, cair nas mãos de pessoas que não fazem parte desse público. (foto ilustrando)

#### **Bloco 1**

##### **Acertos**

- Texto introdutório que apresente, de forma resumida, a essência dos tópicos
- Apresentação dos tópicos. Para ficar mais didático, podemos transportar essas informações para dentro de quadros
- Texto conclusivo

#### **Bloco 2**

##### **Dificuldades**

- Texto introdutório que apresente, de forma resumida, a essência dos tópicos
- Apresentação dos tópicos. Para ficar mais didático, podemos transportar as informações para dentro de quadros
- Texto conclusivo

### **Bloco 3**

#### Lições

- Texto introdutório que apresente, de forma resumida, a essência dos tópicos
- Apresentação dos tópicos. Para ficar mais didático, podemos transportar as informações para dentro de quadros
- Texto conclusivo

### **Bloco 4**

#### Propostas

- Texto introdutório que apresente, de forma resumida, a essência dos tópicos
- Apresentação dos tópicos. Para ficar mais didático, podemos transportar as informações para dentro de quadros
- Texto conclusivo
- Relação dos participantes.

## **2) Manejo de Recursos Aquáticos**

Texto de apresentação. Idem.

### **Bloco 1**

#### Acertos



- Texto introdutório que apresente, de forma resumida, a essência dos tópicos
- Apresentação dos tópicos. Para ficar mais didático, podemos transportar as informações para dentro de quadros
- Texto conclusivo

## **Bloco 2**

### Dificuldades

- Texto introdutório que apresente, de forma resumida, a essência dos tópicos
- Apresentação dos tópicos. Para ficar mais didático, podemos transportar as informações para dentro de quadros
- Texto conclusivo

## **Bloco 3**

### Lições

- Texto introdutório que apresente, de forma resumida, a essência dos tópicos
- Apresentação dos tópicos. Para ficar mais didático, podemos transportar as informações para dentro de quadros
- Texto conclusivo

## **Bloco 4**

### Propostas

- Texto introdutório que apresente, de forma resumida, a essência dos tópicos

- Apresentação dos tópicos. Para ficar mais didático, podemos transportar as informações para dentro de quadros
- Texto conclusivo
- Relação dos participantes

Conclusão geral. Se possível fazendo conexões entre as duas áreas temáticas

### **Problemas**

Siglas: algumas estão em caixa alta e outras em caixa baixa. Precisamos uniformizar. Algumas são explicadas por extenso, outras não.

Títulos: estão muito diferenciados nos tamanhos. Poderíamos estabelecer um parâmetro a partir de determinado número de linhas

No âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o Subprograma de Projetos Demonstrativos (PDA) iniciou o processo de repasse de recursos em 1996. Desde então o PDA já aprovou XXXXXXXXX subprojetos, sendo XXXXXX na Amazônia e XXXXXX na Mata Atlântica. Destes subprojetos, XXXXXX já terminaram a primeira fase, XXXXX ainda estão em andamento, XXXXX tiveram a continuidade receberam repasse de recursos. Esse conjunto de experiências vem gerando importantes resultados e contribuindo para a proteção, recuperação e manejo sustentável das florestas tropicais brasileiras.



---

## Metodologia

---

Foram formados três grupos de trabalho baseados no seguinte roteiro de discussão: **acertos, dificuldades, lições e propostas** para fortalecer os subprojetos. Foi usada a técnica de coleta e estruturação de idéias, posteriormente discutidas e aprovadas em plenário.

Como também havia executores de projetos não apoiados pelo PDA, foram levantados os acertos de todas as experiências reunidas. Além dos debates em grupos e plenárias, foi realizada uma visita à comunidade de Tiningú, experiência que inspirou o PRAVÁRZEA/PPG7.

Todas as oficinas utilizaram metodologia semelhante, com formação de grupos de trabalho, os quais seguiram o seguinte roteiro de discussão: acertos, dificuldades, lições e propostas para fortalecer os subprojetos. Foi usada a técnica de coleta e estruturação de idéias, as quais foram posteriormente discutidas e aprovadas em plenário.

Todos os subprojetos presentes tiveram a oportunidade de relatar suas experiências, inclusive alguns projetos não apoiados pelo PDA. Além da apresentação das experiências, dos debates em grupos e plenárias, em todas as oficinas foi realizada uma visita de campo a um dos subprojetos participantes.

O que veremos, a seguir, é uma síntese das contribuições dos participantes.

**CERCA DE 40 PESSOAS PARTICIPARAM DA OFICINA DE  
MANEJO DE RECURSOS AQUÁTICOS.  
EM DOIS GRUPOS DE DISCUSSÃO, ASPECTOS TÉCNICOS DO  
MANEJO DE RECURSOS AQUÁTICOS E COMERCIALIZAÇÃO E  
BENEFICIAMENTO DO PESCADO, TROCARAM  
EXPERIÊNCIAS**